

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO
INTERDISCIPLINAR DE
ESTUDO E PESQUISA
DO IMAGINÁRIO
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ISSN 1519-6674
ANO XIX
VOLUME 31
(JUL-DEZ)
2019
P. 208-234.

AS FAMÍLIAS WAJURU NEGRAS DE PORTO ROLIM DE MOURA DO GUAPORÉ

Marco Antônio Domingues Teixeira¹

Professor Associado do Departamento de História na
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

RESUMO

No interior de Rondônia, na desembocadura do Mequéns com o Guaporé localiza-se a comunidade de Porto Rolim de Moura, um povoado datado de períodos recentes e resultante de dois processos: um o deslocamento forçado de indígenas guaporeanos para as áreas delimitadas pelo Serviço de Proteção ao Índio doravante SPI, os limites dos rios Branco e Colorado convergiram também seringueiros, missionários, exploradores e, por fim colonos em busca de terra. Com a colonização não índia veio a escravidão e a morte dos indígenas, deslocados à força ou submetidos a processos de trabalhos equivalentes à escravidão. Com os projetos dos Militares e do INCRA, vieram os colonos, os posseiros e os grileiros, numa disputa pelas terras, então pertencentes a quatro grupos distintos: os Wajuru, além de outros grupos, ora rivais, ora fraternos como os Jaboti uma comunidade Indígena ainda mal conhecida e pouco citada na documentação dos séculos XIX e princípio do século XX. Essas populações eram tidas como bravias e arredias e dentre elas os Wajuru eram considerados os mais perigosos, embora se gabem, até hoje, de ser também os mais hospitaleiros. O advento da borracha promoveu o contato entre índios e não índios. Com o contato vieram doenças, extermínios, câmbio de todas as formas e troca de mulheres por produtos. Houve também deslocamento forçado de índios de diversas etnias. O ex-funcionário do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), João Rivoredo, tornou-se, em meados do século XX, o único proprietário de todos os seringais entre os rios Branco e Colorado, forçando a desarticulação das aldeias a integração opressora dos indígenas ao modelo de trabalho dos barracões. Muitos indígenas foram deslocados pelo SPI para os Postos de Atração, que funcionavam como verdadeiras prisões de aculturamento e contenção dos mesmos, ao tempo em que liberavam a terra para a entrada de seringueiros, poaieiros e, mais tarde outros tipos de colonos. Assim ocorreu a dispersão dos indígenas locais, já em meados do século XX. O caso que nos interessa nesse estudo é dos Wajuru, que tiveram uma parcela expressiva de sua população enviada forçadamente para o campo Ricardo Franco, hoje Terra Indígena (TI) Guaporé e uma outra parcela reduzida do grupo que permaneceu mais dispersa e desaldeada até fixar-se em Porto Rolim de Moura do Guaporé, onde hoje vivem em uma área reduzida e autodeclarada como Terra das Populações Tradicionais. Nela estão representantes das etnias Wajuru, Sakirabiar, Guarassuyê, colonos e como não poderia deixar de ocorrer, grileiros, colonos, latifundiários e ricos políticos que fizeram fortuna expandindo seus lotes do Incra e tornando-se políticos oligarcas locais. Em Porto Rolim encontra-se a cacica Valda Ibañez e sua família constituída por índios negros, que são o alvo desse estudo. Nossa proposta é entender alguns importantes aspectos da formação do Guaporé como área indígena de transição e de grande importância para os povos Tupi e Txapacura, das histórias do contato, da formação da comunidade de Porto Rolim e de sua vida atual em meio a não índios, quando tentam resgatar raízes, espaços e cultura e respeito. Todo o trabalho seguiu pela via das narrativas e entrevistas concedidas pela cacica Val Wajuru e sua família. O texto produzido será breve, pois o objetivo é apresentar fotos e outros documentos que se encontram com a cacica Valda e sua família. Mas seria impossível passar por uma leitura dos Wajuru, sem estudar desde Caspar (1953),

Maldi (1991), Miller (2006), Soares Pinto (2009), além de outros autores, estruturais sobre a questão indígena e a sociedade guaporeana, tais como: Nordenskiöld (1912 e 1922), Levi Strauss (1948). Como resultado final de nosso trabalho, teremos uma interessante coletânea de fotos dos diversos grupos Wajuru e, pela primeira vez uma publicação do grupo negro que integra a etnia.

Palavras-Chave: Wajuru; Porto Rolim de Moura do Guaporé; contatos e conflitos; interatividade.

ABSTRACT

In the interior of Rondônia, in the transfer of items with the vaporizer located in the community of Porto Rolim de Moura, in a village dated to recent statistics and tests of two processes: one or the displacement of indigenous cranes to areas delimited by the Service of Protection to the now SPI, the limits of the Branco and Colorado rivers also converged for rubber tappers, missionaries, explorers and, finally, settlers in search of land. With colonization no India came from slavery and the death of indigenous people, forcibly displaced or created work processes equivalent to slavery. With the Militares and INCRA projects, they came from the colonists, squatters and squatters, in a dispute over land, so they belong to four distinct groups: the Wajuru, in addition to other groups, sometimes rivals, sometimes fraternal like the Jaboti, an indigenous community still it is little known and little cited in the use of the 19th and early 20th centuries. These populations were considered to be wild and nearby and those that the Wajuru were considered the most dangerous, although they boast, to this day, of also being the most hospitable. The advent of rubber promotes contact between indicators and non-indicators. With the contact came diseases, exterminations, exchange of all forms and exchange of women for products. There was also a shift towards indicators of different ethnicities. The former SPI (Indian Protection Service) employee, João Rivoredo, became, in the middle of the 20th century, the sole owner of all syringes between the Branco and Colorado rivers, forcing the dismantling of villages to integrate oppressors from the indigenous to the working model of the sheds. Many indigenous people were displaced by the SPI to the Attraction Posts, which functioned as true acculturation and containment prisons, at the same time that they liberated the land for the entry of rubber tappers, poaieiros and, later, other types of colonists. Thus, the dispersion of local indigenous people occurred, already in the mid and second half of the 20th century. The case that interests us in this study is that of the Wajuru, who had an expressive portion of their population forcibly sent to the Ricardo Franco field, today Terra Indígena (TI) Guaporé and a reduced portion of the group that remained more dispersed and disfigured until they were- in Porto Rolim de Mora do Guaporé, where they now live in a small and self-declared area as the Land of Traditional Populations. In it are representatives of the Wajuru, Sakirabiar, Guarassuyê ethnic groups, colonists and, as it could not help occurring, land grabbers, colonists, landowners and wealthy politicians who made their fortunes by expanding their Incra plots and becoming local oligarchic politicians. In Porto Rolim there is the chief Valda Ibañez and his family made up of black Indians, who are the target of this study. Our proposal is to understand some important aspects of the formation of Guaporé as a transitional indigenous area of great importance for the Tupi and Txapacura peoples, the stories of contact, the formation of the Porto Rolim community and their current life among non-Indians, when they try to rescue roots, spaces and culture and respect. All the work had followed the narratives and interviews conceived by the chief Val Wajuru and his family. The text produced will be brief, as the objective is to present photos and other documents that meet the chief Valda and his family. But it would be impossible to go through a reading of the Wajuru, without studying since Caspar (1953), Maldí (1991), Miller (2006), Soares Pinto (2009), in addition to other authors, structural on the indigenous question and the Guaporean society, such such as: Nordenskiöld (1912 and 1922), Levi Strauss (1948). As a final result of our work, we will have an interesting collection of photos of the different Wajuru groups and, for the first time, a publication of the black group that integrates the ethnic group.

Keywords: Wajuru; Porto Rolim de Moura do Guaporé; contacts and conflicts; interactivity.

INTRODUÇÃO

A complexa história da ocupação indígena do Vale do Guaporé está longe de ser terminada. Na verdade, há muito por se fazer, alguns estudos que oferecem ótimos indicativos de como se deu, em linhas gerais a ocupação e, posteriormente o contato entre indígenas e não indígenas na região e bons estudos sobre a situação recente da maior parte da população indígena conhecida e ainda residente na região. No entanto, as lacunas são enormes e, parte dessas lacunas situam-se entre os séculos XVIII e XIX. Existem teorias e explicações sobre parte das movimentações e perambulações dos indígenas pela região, de seus descimentos para as missões e de sua pregação para trabalhos

escravizantes em diversos pontos para além do próprio Guaporé. Entretanto, faltam estudos consistentes sobre as continuidades e explicações sobre as descontinuidades dos processos de permanência e evasão das regiões originais e das reorganizações dos grupos indígenas em outras áreas. Ainda mais, falta o completo entendimento dos historiadores sobre esse processo, que se encontra em estágio muito mais avançado nos estudos antropológicos. Há, por fim, pouco diálogo entre os estudos brasileiros e de sus vizinho bolivianos. Tal fato nos remete, inquestionavelmente à condição de fronteira e à fragmentação dos estudos em função da fronteira criada no período colonial pelas potências ibéricas.

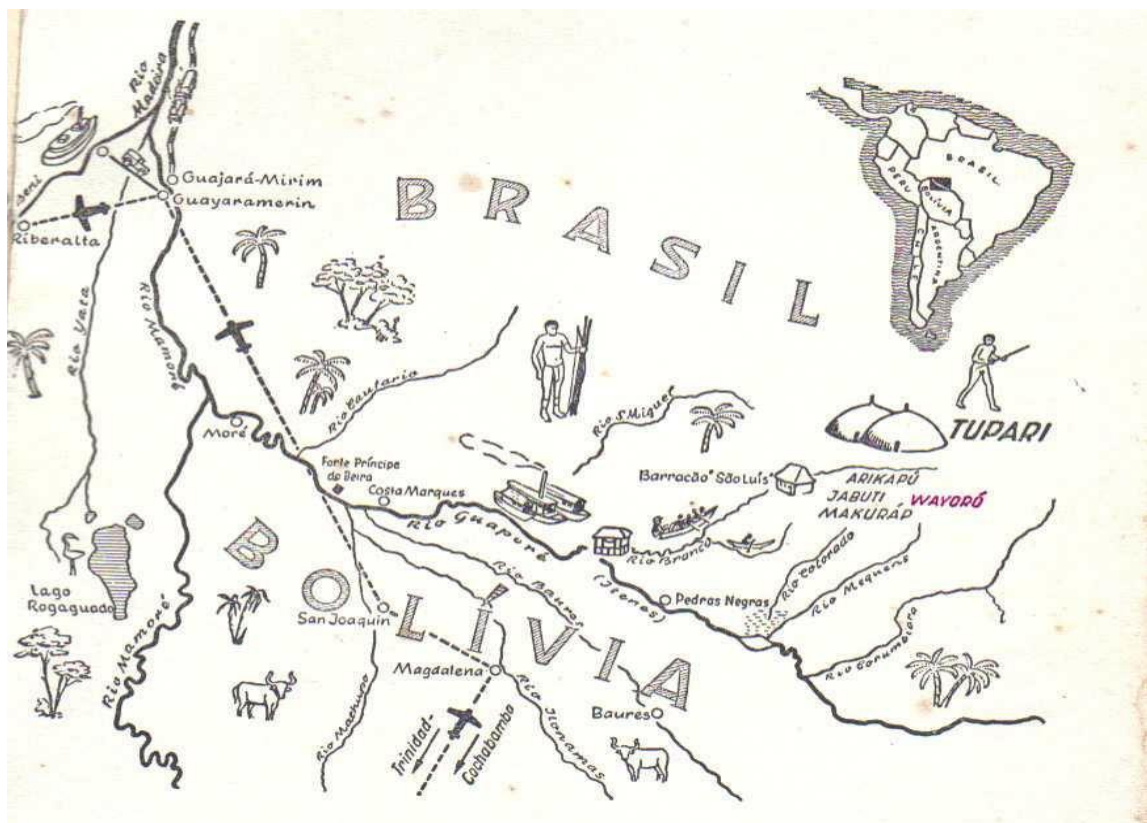


Figura 01: Mapa dos principais barracões e localização de povos indígenas do Médio e Baixo Guaporé. Destaque para o povo Wayoró, na cabeceira do rio Mequéns. Desenho de Franz Caspar, 1953. Fonte: Soares Pinto (2009, P. 12).

Nos séculos XVII e XVIII a região guaporeana era objeto de disputa entre os reis de Espanha e Portugal. De fato, em meados dos séculos XVIII a disputa metropolitana materializou-se na Guerra Fantástica (1762/1763) cujos desdobramentos coloniais foram cruentas batalhas no vale do médio Guaporé. Entre abril e maio de 1762, o Capitão General, Rolim de Moura Tavares, governador da capitania do Mato Grosso e Cuiabá, articulou poderoso ataque militar contra a missão de Miguel. Posteriormente as atividades bélicas, envolvendo índios, brancos e negros se estenderiam até 1764.

Ao agitado século XVIII, seguiu-se um período de calma e esvaziamento do Vale do Guaporé. As novas nações soberanas tinham outros problemas, inclusive fronteiriços, dos quais se ocupar. A retirada da capital da Província de Mato Grosso, de Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá completou o quadro de abandono que perduraria até a década de 1880. Ao longo de meio século as populações se reorganizaram e seus territórios foram refeitos. Negros eram os novos elementos humanos a povoar aquelas paisagens. Muitos não haviam ido embora, com os seus senhores, para o Cuiabá. A sua permanência formava um novo contingente étnico e assegurava a política de ocupação permanente da fronteira. Como em

qualquer local do regime escravista brasileiro, o número de homens, superava, também no Guaporé, o número de mulheres e a saída para tal situação era sempre o rapto ou o câmbio com mulheres de etnias indígenas.

Na década de 1870, a exploração do caucho (*Castilla ulei*), da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e da Poaia (*Carapichea ipecacuanha*) atrairia a atenção de senhores bolivianos que refundariam ocupações na margem direita do Guaporé e provocariam novo surto de hostilidades até o início do século XX. Segundo Maldí (1991, P. 213), a exploração do caucho, da borracha e da poaia poderia ser dividida em duas áreas no Vale do Guaporé. A primeira iria do Forte Príncipe até o encontro com o Mamoré e estava sob o controle da empresa norte americana Guaporé Rubber CO, uma das concessionárias da Madeira and Mamoré Railowey CO. A Segunda área ia do Forte Príncipe da Beira até Vila Bela da Santíssima Trindade e estaria em mãos diversas, de senhores bolivianos até o início do século XX, que para lá promoveram os “descimientos” de índios das antigas missões de Mojos e da Chiquitania e, seringalistas brasileiros, que começaram a ocupar a região e promoveram a expulsão de seus vizinhos bolivianos. É interessante observar os textos de João Severiano da Fonseca, que fazem pouca menção a

ocupação nacional da margem direita do Guaporé na década de (1875/1878[1880]). O mesmo vale para os registros de Francis de Laporte Castelnau (1853[1949]) e outros viajantes.

Com o advento do século XX, a ocupação se intensificou: regatões que comercializavam de tudo, seringueiros e seringalistas, grandes grupos estrangeiros em busca de terra e riquezas fáceis, colonos direcionados pelo Estado Brasileiro, que desconheciam e, posteriormente hostilizavam indígenas e quilombolas ali residentes, grileiros que matavam os colonos para roubar-lhes as terras, posseiros que matavam índios e quilombolas para se apossarem da terra declarada pelo Estado Brasileiro como vazia demográfica são os atores de novo momento.

Hoje em dia mudou-se o conceito de vazia demográfica. Todos sabem que a região é povoada e que nela vivem populações tradicionais diversas, sobreviventes de um longo genocídio. Mas as riquezas não se esgotaram, ainda estão por lá. Há florestas com madeiras preciosas, ervas medicinais a serem estudadas, diversidade etnobiológica, fartura de peixes, minérios, extensos alagados para a engorda de gado, caça e pesca esportivas, legais e ilegais, contrabando, minerais diversos, fronteira e

disputa territorial e imobiliária. Sob as mais diversas alegações ex-colonos e eternos grileiros disputam as terras do Guaporé.

Em Porto Rolim do Guaporé, um distrito do município de Alta Floresta, situado a sudoeste do estado de Rondônia, na fronteira entre Brasil e Bolívia, o conflito e o confronto estão instalados. De um lado um grande e expressivo grupo de populações tradicionais, formados pelas etnias Wajuru, liderados pela cacica Valda, pelo cacique Ramiro Sakirabiar, pela representante do povo Guarassuê a sra. Marlene Guarassuê, recém retornados da Bolívia, onde seus ancestrais se refugiaram durante a Ditadura Militar e pelos quilombolas, que hoje são liderados por Angileine Gomes. É um mundo formado a partir de uma colonização masculina, mas que deixou, em essência uma poderosa e irredutível liderança matriarcal. As mulheres lideram as lutas em Porto Rolim de Moura do Guaporé (que não deve ser confundida com o próspero município de Rolim de Moura, na Zona da Mata rondoniense) e não se intimidam diante dos enfrentamentos. A população local, entre a desembocadura do Mequéns e o Guaporé, gira em torno de 1200 a 1500 pessoas, contando-se o trânsito de bolivianos e o vai e vem de colonos do distrito para a cidade e vice versa.

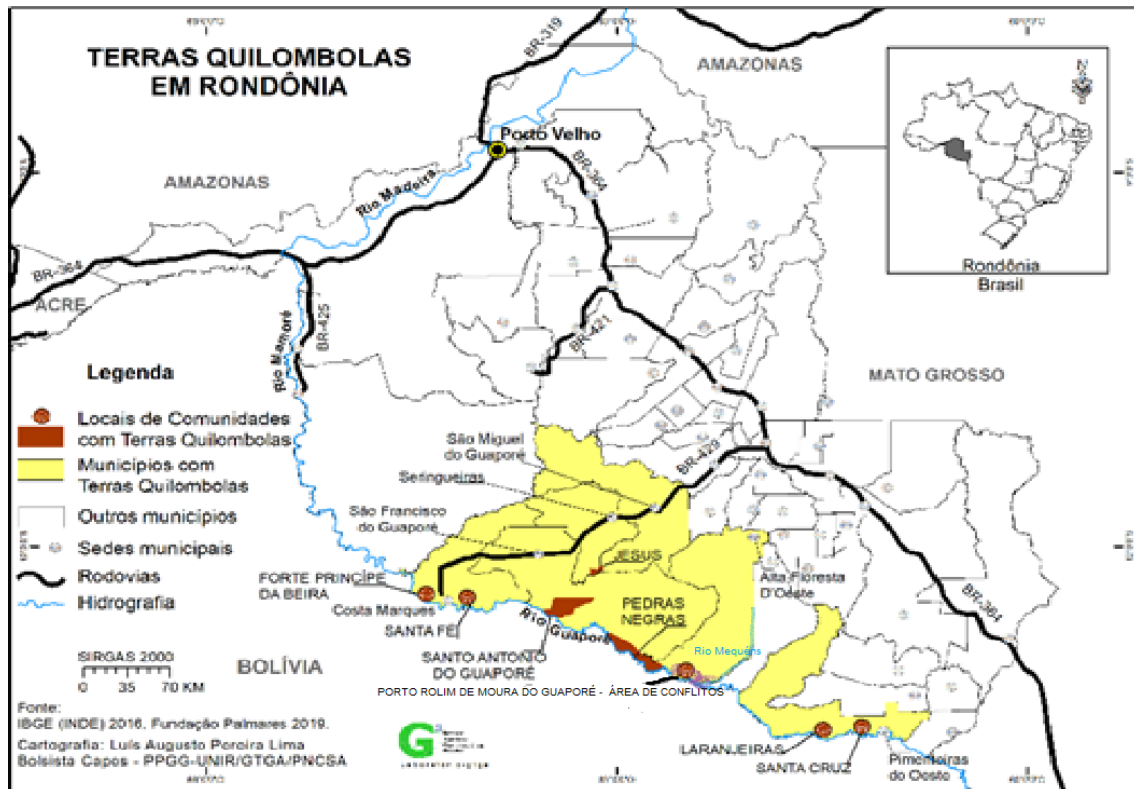


Figura nº 02 - Mapa das Populações Quilombolas do Vale do Guaporé. Observe-se a localização de Porto Rolim, declarada Área de Populações Tradicionais pelas Populações Residentes. Fonte: Luís Augusto Pereira Lima e Ricardo Gilson da Costa e Silva, PPGG/UNIR/GTGA/PNCSA/2019. Adaptação Marco Teixeira, 2020. 213

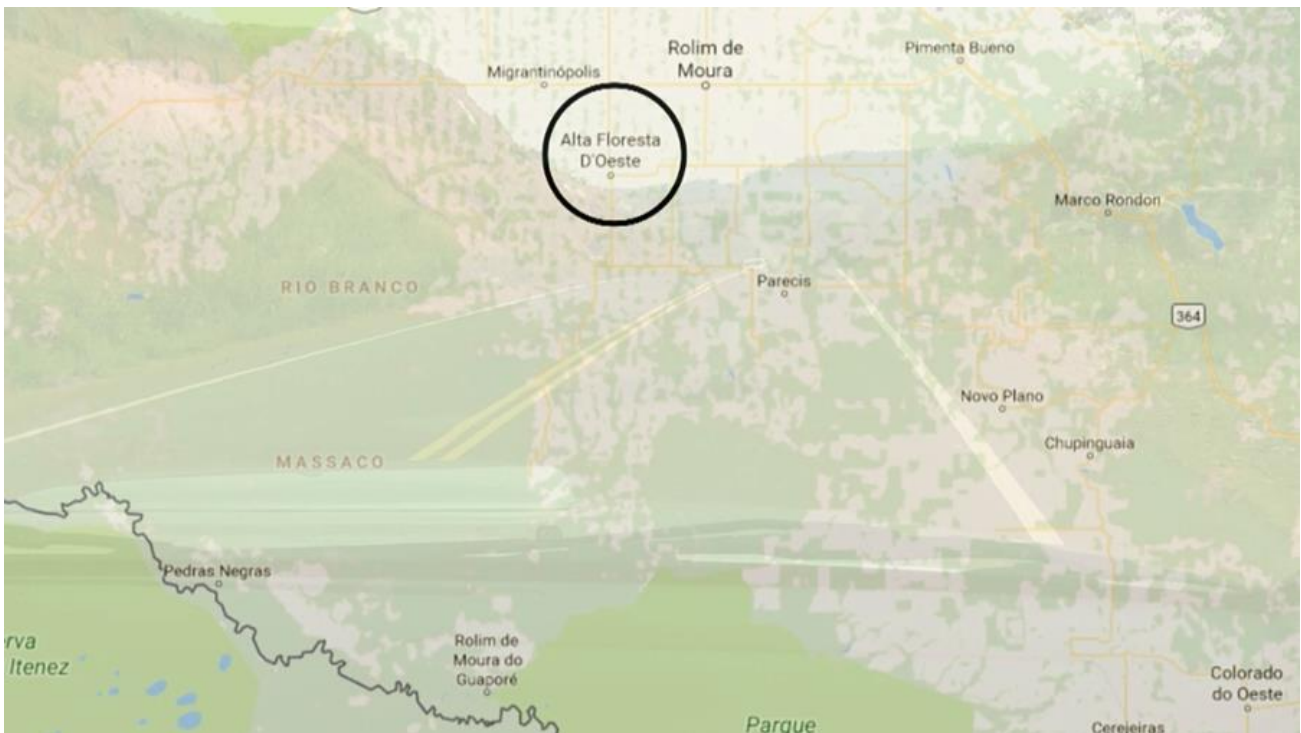
Diante da situação atual, de forte demanda por terras, invadidas largamente por particulares e sob o olhar indiferente dos poderes públicos locais, as comunidades tradicionais e indígenas declararam a área, ainda não demarcada como Território das Populações Wajuru, Sakirabiar, Guarassuê e Quilombola. Denominado: “*Protocolo De Consulta Livre, Prévia e Bem Informada da Comunidade Tradicional de Rolim de Moura do Guaporé Quilombolas, Indigenas Wajuru, Sakirabiar E Guarassuê*”. O documento foi construído entre 05 e 08 de novembro de 2019 e deve ser entendido como uma declaração evidente de mutuo entendimento entre os povos residentes na

região e seu direito ancestral à terra da qual vêm sendo, progressivamente, destituídos.

Alcançados desde o século XVII por aventureiros e missionários espanhóis e a partir do século XVIII pelos portugueses e seus escravizados, os povos da confluência do Mequéns com o Guaporé sobreviveram sem maiores problemas até o advento da borracha e da poaia, já no século XX, mesmo com a crescente entrada de regatões e seringalistas, uma parte considerável da população se internou nas matas e continuou a viver. Foi, somente, a partir de 1982, com a abertura da Rodovia BR 429 que a situação tornou-se crítica. Milhares de colonos trazidos pelo agonizante Regime Militar

invadiram as terras e sob o apoio do INCRA deram início ao mais tenaz momento da colonização agrária. No entanto, mesmo ao longo dos anos 1980, a população ribeirinha ainda era senhora dos beiradões em que vivia. Ao final dos anos 2000, a região estava amplamente colonizada e diversos novos municípios haviam sido criados a partir do desmembramento de Costa Marques. A floresta recuou e os pastos tomaram conta da paisagem com a rapidez de uma década.

No início da década de 2010, o Guaporé já era, largamente, frequentado por turistas de todas as regiões do país e do exterior. Algumas poucas ONGs tiveram a ideia de “auxiliar” a sustentabilidade dos ribeirinhos e nativos, criando rentáveis pousadas ecológicas. Os turistas vinham e pagavam para pescar e ver as belezas amazônicas. As ONGs pagavam diárias pelos trabalhos ribeirinhos. A pesca tornou-se o principal atrativo, já que o Guaporé, por ser um corredor ecológico tem caça proibida.



214

Figura 03: Localização de Porto Rolim de Moura do Guaporé e imediações. Fonte Diário da Amazônia: Porto Rolim: Um paraíso ecológico no Vale do Guaporé. 26/08/2018. Disponível em: <https://www.diariodaamazonia.com.br/porto-rolim-um-paraiso-ecologico-no-vale-do-guapore/> Data de acesso: 05/12/2019.

Aos poucos os ribeirinhos tomaram consciência de que ser proprietário das pousadas era melhor negócio do que ser empregado das mesmas. Assim, sob a liderança dos quilombolas

de Pedras Negras começaram a surgir as pousadas locais, tocadas e mantidas pelos nativos da região. O perfil econômico mudara para os tradicionais. Não demorou muito para

que em outras comunidades a ideia de se erguer pousadas ecológicas fosse apropriada pelos moradores locais e, em Porto Rolim, moradores tradicionais começaram a erguer suas pousadas e a viver da renda proporcionada pelo turismo. Tal situação atraiu a atenção e os olhares de colonos e empresários, chegava a vez de grupos externos disputarem o pequeno butim. A situação em Porto Rolim agravou-se de tal forma que a pesca se tornou escassa.

Os conflitos começaram a acelerar. Em meio a essa situação, poderosos grupos agro ruralistas e empresariais começaram a “comprar” extensas áreas de terras, aterras baixios e várzeas e construir, por conta própria estradas e portos. Tudo isso foi feito sem maiores interferências dos poderes públicos, quer ambientais, quer municipais, quer estaduais ou federais. Grandes proprietários, cujas fortunas se fizeram em rápidos anos de uma colonização predatória e etnocida, declararam-se os novos donos do lugar. Edificações foram erguidas sob o solo sagrado de ancestrais índios cujas urnas postas à flor da terra por tratores eram destruídas imediatamente.

As pastagens avançaram, mesmo sob áreas de preservação. A pesca alargou-se e virou outro rentável negócio. Mas a riqueza poderia ser ainda maior, pois espremida entre a BR 429, a BR 364 e as RO 135, 383, 490 e 491, além da P50 que leva a Izidolândia e, depois a região está cercada pela soja. Onde há 15 anos dominavam florestas, hoje dominam os pastos e pôr fim a soja vem se estabelecendo. Uma cortina de mata , casa vez mais fina é possível de ser vista nas

margens do Guaporé, mas suas água já estão infestadas por um novo tipo de colonizador: o turista pesqueiro, que agora deixa algum dinheiro nas pousadas, muita poluição nos rios e muito peixe morto, mesmo levando-se em conta a predominância da ideia do pesque/fotografe e solte.

A situação passou a sofrer agravos em 2019, quando as propostas do novo governo federal, eleito em 2018, deixaram evidente o descaso por quaisquer iniciativas ambientalistas e pela promoção verborrágica do Presidente da República em prol da invasão de terras indígenas e de povos tradicionais para exploração de madeira, agropecuária e, sobretudo mineração.

Este trabalho é baseado em um longo período de convivência com as comunidades guaporeanas e, o presente estudo, com os Wajuru de Porto Rolim de Moura do Guaporé, através da Cacica Valda e sua família. Foram realizados levantamentos bibliográficos sobre o processo de ocupação histórica da região, pesquisas documentais e uma longa etapa interativa de pesquisa-ação que vem se desenvolvendo de 2010 aos dias atuais. Os resultados da pesquisa oferecem possibilidades de muitas leituras em campos interdisciplinares. Para o presente estudo iremos nos deter na permanência do povo Wajuru, que se encontra localizado em duas regiões: o antigo posto indígena Ricardo Franco, onde sobrevive parcela da população e os campos guaporeanos de Porto Rolim, localizado no município de Alta Floresta onde uma linha de lideranças femininas exerce um novo poder, que

tem na cacica Valda Wajuru sua principal representação.

SOBRE A OCUPAÇÃO INDÍGENA NO MÉDIO GUAPORÉ

A ocupação indígena do Médio Guaporé é reconhecida por Eurico Miller (1983), como um fato posterior a 900 anos antes do presente. Provavelmente são povos provenientes dos Andes e que, sob pressões diversas, estabeleceram-se no altiplano e, posteriormente na planície amazônica, mormente na planície do Guaporé/Itenez. No dizer de Maldi (1991, P. 214), o conhecimento e o estudo sobre as populações da margem direita do rio Guaporé, começou de forma tardia e se encontra muito incompleto, além de ocorrer em um momento onde o contato já se consolidou e destruiu muitos aspectos da cultura e da memória originais. Mesmo com um conhecimento fragmentado e bases identitárias perdidas e arruinadas, o conhecimento sobre tais sociedades importa muito sobre a constituição das identidades indígenas do próprio Brasil e, principalmente das populações meridionais da Amazônia e de áreas de transição.

Para o linguista Aryon Dall’lagna Rodrigues, a família linguística Tupari é uma das quatro grandes famílias Tupi a viver nas terras de Rondônia, mais exatamente no Guaporé. Nesta família estariam inseridos; 1- os Tupari, 2- Guarategaya (Koaratira, Guaratira, Amniapé, Mekén e Kanoé), 3- Wayoró (Wayoró [Ayuru),

4- Makurap, 5- Kepikiriwát. Noséculo XVII, missionários espanhóis estabeleceram-se na região e no século XVIII, a partir da década de 1730 vieram os portugueses. O contato, em ambos os casos traria ruína e redução no povoamento. A presença precoce das missões jesuíticas ligadas a San Ignácio de Mojo, levou os portugueses a promover uma política de combate ao regime missionário na região, à extrema militarização das ocupações e manutenção dos indígenas em seus ocais de origem, assegurando sua vassalagem ao rei português e concretizando o princípio do *Uti Possidetis*.

Até a terceira década do século XVIII, quando Mello Palheta viajou pelo Madeira, Mamoré e Guaporé, as missões jesuíticas espanholas de Mojos e Chiquitos definiram a ocupação de ambas as margens do Guaporé e criaram um verdadeiro centro de produção e integração dos indígenas ao modelo colonial, agindo como os únicos articuladores entre o poder real e a existência cotidiana de cada comunidade, onde civis, eram proibidos de frequentar.

A chegada dos portugueses minou esse sistema fechado e muitos indígenas missionados bandearam-se para o lado português, onde eram bem recebidos e integrados aos trabalhos das Companhias dos Pedestres e Aventureiros ou à construção de obras militares como os fortes da Conceição e do Príncipe da Beira. Não é à toa que o número de padres e missões jesuítas do lado colonial português era, significativamente

menor e posto sob maior controle e rigor das autoridades.

A colonização portuguesa do Guaporé foi feita a partir de alianças e entendimentos com os Tupi. Dentre eles se destacaram os Pauserna ou Guajarata e os Aminiapa, que dão origem aos Mequén, todos falantes do tronco Tupi das línguas Tupari. As crônicas portuguesas, especialmente os relatórios dos governadores e as crônicas de Barbosa de Sá, ainda citam os Moré e os Aricoroni.

O século XVIII foi marcado pelas estratégias coloniais de aproximação e cooptação dos indígenas da fronteira guaporeana. A mão-de-obra indígena foi assimilada e empregada em diversos setores da economia, que iam desde as companhias militares, até os remeiros das monções, passando pela construção arquitetônica em larga escala e pelas atividades de coleta das drogas do sertão. O contato teve um alto custo humano ao índio. Mortes por doenças, escravização ilegal, contrabando e rapto de mulheres figuram entre tais causas.

Enquanto predominava o conhecimento de vastos grupos indígenas da margem esquerda do Guaporé (Itenez), faltavam informações sobre os viventes da margem direita do mesmo rio. Até os finais do século XVIII e princípios do século XIX, mal se conheciam os habitantes ribeirinhos das margens do Guaporé. As margens e cabeceiras dos afluentes eram literalmente desconhecidas e seria necessário o afloramento de dois outros surtos econômicos para colocá-los em contato com o universo não índio. Isso passa

a acontecer no último quarto do século XIX, quando a Poaia (*Carapichea ipecacuanha*), o caucho (*Castilla ulei Warb*) e da seringueira (*Hevea brasiliensis*) reativaram, mundialmente os interesses econômicos pela região.

DAS RELAÇÕES COM OS NÃO ÍNDIOS

Segundo Maldi (1991, P. 229) “No final do século XIX, seringalistas bolivianos fundariam, próximo à foz do rio Colorado, o seringal Pernambuco. Essa informação é contestada por Lima (1993), segundo o qual, o Seringal Vila de Pernambuco teria sido fundado por um alemão, Ernesto Kochler, que utilizava-se do trabalho escravizante de indígenas bolivianos e brasileiros. De toda forma, a sua instalação e, posteriormente, a do seringal São Luís, no alto rio Branco, deram início a um rápido processo de contata com os povos Tupi que permaneciam isolados. A ocupação dos rios Colorado e Branco se deu entre 1910 e 1920. Com a instalação de diversos "barracões" e pontos de coleta de borracha. Esses estabelecimentos seriam responsáveis pela incorporação dos Makurap, Wayoró, Jabuti, Arikapú e Aruá à força de trabalho.”

No início do século XX, o sergipano Tancredo de Farias fundou a localidade de Surpresa, na região do encontro entre o Guaporé e o Mamoré. A localidade foi alvo de inúmeros ataques dos Moré, desde 1910 até os anos 1930. Mas o seringal que teve maior influência e poder devastador na região, foi o São Luiz. Dali se

desencadearam epidemias de sarampo e outras doenças que levaram alguns povos à extinção. Por outro lado, o São Luís, exercia forte atração sobre os indígenas e era constantemente responsabilizado pelo rapto de mulheres e pela morte de jovens guerreiros mais insubmissos. Localizado no alto rio Branco, ele concentrava a atração de diversos grupos, como os Jabuti, Wayoró, Mequén, Arikapu e Tupari.

Em um breve texto de seu livro *Guaporelândia* (1993, P. 47), Abnael Machado de Lima cita a fundação do Seringal Vila Pernambuco, pelo alemão Ernesto Kochler (keller?). Teria ele trazido, da Alemanha, um barco tipo Gaiola, movido à roda, que foi batizado de Barco Rio Mequéns. Este barco negociava a produção ribeirinha e em troca vendia importados de todos os lugares. Determinado a aumentar seus lucros, fundou, às margens do rio Colorado, em lotes cedidos pelo governo de Mato Grosso, o Seringal Vila de Pernambuco, onde trabalharam voluntariamente e involuntariamente indígenas bolivianos e brasileiros, mantidos em regime de castigos corporais e privação de alimentos caso não atingissem metas diárias de produção. Dessa forma teriam vivido no Seringal cerca de 400 pessoas, constituídas por indígenas bolivianos e brasileiros e caboclos dos dois lados do Guaporé. Os indígenas escravizados eram, em sua maioria, mojeños, mas também outros do Brasil sofreram com a mesma prática. O seringal, segundo Soares Pinto (2009, P. 47), era visitado, esporadicamente pelos Wajuru, que, no entanto,

não se submeteram ao regime de Trabalho. Ainda de acordo com a autora, foi o cacique Wajuru, Sinamu, quem primeiro visitou o barracão e em troca de mercadorias, teria deixado no seringal, sua filha Atxu Esperança, nascida entre os Arikapo, que, no entanto, fugiu logo em seguida, não concordando em ficar no seringal. Lima (1993) afirma que a chegada do tenente Alípio, em Guajara Mirim, marcou o fim do seringal e que Kochler, na qualidade de Consul Alemão teria sido preso no Brasil, tanto em 1914, quanto em 1945. Depois disso teria abandonado a região e se fixado, até a morte no departamento do Beni, na Bolívia.

“A ocupação dos rios Colorado e Branco se deu entre 1010 e 1920. com a instalação de diversos "barracões" os pontos de coleta de borracha. Esses estabelecimentos seriam responsáveis pela incorporação dos Makurap, Wayoró, Jabuti Arikapú e Aruá à força de trabalho.” (Maldi, 1991, P. 229).

A região foi visitada em 1934 por Emil Heinrich Snethlage, que notou que as sociedades locais passavam por um grave desequilíbrio entre os sexos, existindo e persistindo uma grande falta de mulheres. Segundo Snethlage, apud Maldi (1991, P. 229) “a maioria das mulheres estava transformada em prostitutas: a chicha havia sido substituída peja pinga e alguns homens recebiam castigos físico. Ainda assim, os Índios continuavam sendo atraídos para lá. Havia uma maloca inteira de índios Aruak: instalada próxima.”

Os Wajuru permaneciam mais distantes, mas o contato já estava feito. Viviam cerca de 10 km acima das cabeceiras do Colorado. Estabeleciam fronteiras de caça com os povos Arikapu e Tupari. A esta altura, as perseguições e matanças promovidas por caucheiros e seringueiros já eram amplamente conhecidas e causavam verdadeira devastação em muitas etnias, notadamente entre os Puruborá, Migueleño e Cabixi.

Os Indígenas da margem direita do Guaporé adotaram como estratégia de sobrevivência a internação nas margens e leitos dos afluentes daquele rio. Assim, sobreviveram, relativamente em paz até meados do século XIX, quando bolivianos passaram a ocupar essas áreas para a exploração de caucho e deram início a conflitos, “correrias” e “limpezas”. (Maldi, 1991, p. 213), posteriormente vieram os seringalistas brasileiros. A extensão que vai do Forte Príncipe da Beira a confluência com o Mamoré, com aproximadamente 250 km, ficou nas mãos de uma única empresa norte americana, a Guaporé Rubber Company, concessionária da empresa que controlava a Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Entre Vila Bela e o Forte Príncipe da Beira, sobreviveram diversos seringais, primeiramente de bolivianos e, posteriormente de brasileiros. Em ambos os casos a eliminação dos indígenas que não se incorporavam ao trabalho nos seringais era uma realidade cotidiana.

Com a crise da borracha a partir da segunda década do século XX, a situação

abrandou, mas logo nos anos 1940, a retomada da exploração dos seringais movimentou novamente a região e os nativos locais foram vitimados por ataques de pistoleiros contratados para as “limpezas”, por epidemias, principalmente de sarampo, e forçados a se deslocarem para áreas mais inóspitas e de difícil acesso. Parte do contingente indígena guaporeano refugiou-se nas regiões mais alagadiças, outra parte foi forçadamente deslocada para os campos do SPI, principalmente Ricardo Franco, posteriormente Terra Indígena Rio Guaporé. De acordo com a FUNAI, em 1947, cerca de 70 Wajuru e Jaboti foram deslocados pelos funcionários do SPI para o Posto de Atração Ricardo Franco. Outros 70 Makurap também foram enviados para o mesmo Posto naquele ano. (SPI: Reg. 554/1947 e Reg. 559/1947. Funai, 1985). Na década de 1950, segundo Maldí (1991), o funcionário do SPI, João Rivoredo adquiriu todos os seringais situados nos rios Branco, Colorado, São Luís, Laranjal e Paulo Saldanha. Sua atuação de dissolução de aldeias e submissão dos indígenas às duras condições de trabalho forçado, provocaram morte e destruição em toda a região (ISA – Povos Indígenas do Brasil - Wajuru).

Os estudos de Caspar situam os Wajuru nas áreas entre as nascentes do Mequéns, Colorado e Branco. De acordo de acordo com Soares Pinto (2009, p. 13):

“Os Wajuru foram localizados na região de

sua margem direita, no Rio Colorado e seu afluente Terebito, cujos cursos são paralelos nas partes altas.”

A sociedade Wajuru entrou em contato com os não índios ao longo do período da borracha. Desde então vivem num contexto pluricultural, mantendo relações diversas com os grupos de entorno, não índios, incluindo aí relações de matrimônio, troca de saberes e prestação de serviços. Tidos, originalmente, como os mais temíveis guerreiros do vale do Guaporé, os Wajuru notabilizaram-se por serem um povo trabalhador, orgulhando-se desse fato, hospitaleiro para com os seus aliados e perigoso para os inimigos. Segundo Soares Pinto (2009, P. 44 e seguintes):

“Quandú Wajuru, atual cacique geral da Terra Indígena Rio Guaporé, certa vez me objetou: isso vem de muito tempo, isso aí. O povo Wajuru que era brabo. Eram os mais brabos de todos(...) Os Wajuru homens, por sua vez, nunca me negaram essa adjetivação calcada, por assim dizer, num suposto *ethos* guerreiro. Pelo contrário, sempre que possível vinham me contar sobre o que os outros dizem a seu respeito, e sobre o fato de terem cansado de ouvir serem os Wajuru o povo mais péssimo, os mais violentos. Tais observações vinham sempre acompanhadas ao incansável cuidado de emendar que, não obstante, são eles os que melhor recebem as pessoas.”

O tempo memorial dos Wajuru é estabelecido em 3 etapas distintas. Os tempos primordiais, quando se fixaram nas imediações do Igarapé Preto, próximo a uma serra. Nesse momento mítico, a morte passou a existir e os humanos já haviam aprendido todas as línguas, inclusive a dos brancos, que na narrativa

cosmogônica já estavam presentes também. Ao começarem a andar os povos teriam se fixado em seus territórios. Esse tempo memorial é chamado de tempo da maloca. O segundo momento corresponde ao contato com os não índios. Em 1912, um alemão, chamado Ernesto Keller, fundou uma colação no rio Colorado, denominada Seringal Pernambuco. Segundo Pinto (2009) os primeiros brancos a manter contatos com os Wajuru ficaram conhecidos como “*Tabô*”, pois ao se aproximarem dos Wajuru, os abraçavam e diziam “*Tabô*” - “*Tá bom?*”

Os contatos entre os Wajuru e os não índios ocorreu de forma dispersa e nunca se soube, com exatidão, em que momento isso ocorreu. Todos os indícios levam a crer que foi no Seringal Pernambuco que era percebido pelos indígenas como um local de escravidão dos bolivianos. As narrativas dos contatos referem-se, conforme Pinto (2009, P. 48) fazem alusão, permanente, aos norte-americanos, que os levavam para andar de avião. Pinto (2009) registra as narrativas e reconhece não ter encontrado fontes sobre essa relação em nenhum autor. Por outro lado, conjectura que os prováveis norte-americanos poderiam ser os funcionários da Guaporé Rubber CO, ou missionários do Summer Institute of Linguistic ou, ainda, pesquisadores de minérios. As narrativas Wajuru falam da busca dos norte-americanos por ouro. Ao tempo em que os indígenas se referem aos norte-americanos e à sua busca por ouro na região, vale lembrar que

ao longo do período colonial o alto e médio Guaporé foram alvos das buscas e práticas de mineração aurífera e de pedras preciosas por parte dos portugueses. Para os Wajuru, os norte-americanos vieram para lhes tomar a língua e o ouro.

Segundo Maldi (1991, P. 233) “Até o início da segunda metade do século XX, os índios que viviam próximos dos barracões tiveram uma convivência considerável com bolivianos, inclusive com índios Baure e alguns Chiquitanos. Posteriormente todos os seringais do rio Branco, como o Laranjal, o Colorado, o São Luís e o Paulo Saldanha, foram adquiridos; por um único proprietário – João Rivoredo, funcionário do SPI. Este homem seria responsável direto pela dissolução de todas as aldeias indígenas da região, recrutando mão-de-obra, deixando as populações sem assistência médica. e, ainda, sem tornar nenhuma atitude para impedir as epidemias de sarampo.”

Nas décadas seguintes, o SPI atuou em favor dos projetos governamentais de colonização e promoveu o deslocamento forçado de indígenas para o campo Ricardo Franco, futura TI Guaporé. A utilização escravizante do trabalho indígena continuou, apesar e com a participação do SPI. A situação da corrupção do SPI e de sua indiferença aos indígenas se concretizaria no episódio máximo do “*Massacre do Paralelo 11*” de 1961 e abriria o caminho para sua extinção e a criação da FUNAI.

Maldi (1991, P. 234) afirma que “No rio Branco, onde foi instalado o Posto Indígena Rio

Branco, alguns seringais permaneceram. O antigo proprietário - João Rivoredo - vendeu a Milton Santos - legendário seringalista, famoso pelos massacres a aldeias Pakaas-Novas que comandou os estabelecimentos daquele rio, a despeito da inequívoca presença indígena. Cansados de esperar uma resolução judicial, em 1985 os Tupak expulsaram os últimos seringueiros.” Não houve paz possível e nem encontro de civilizações, apenas sequências de massacres e sucessão de opressões.

O POVO WAJURU

Wayoró, Wayuru, Ajuru ou Wajuru são termos similares que indicam um mesmo povo indígena situado na região do médio Guaporé, nas nascentes dos rios Terebitó, Mequéns, Colorado até o rio Branco. Suas malocas situavam-se fora das barrancas do Guaporé, o que retardou seu conhecimento e o próprio contato.

A etnia se divide em três subgrupos: 1) os Guayurú, ou povo da pedra, também denominados como Wajuru verdadeiros ou próprios, ou ainda conhecidos pelo termo Wānun mian (wānun significa pedra); 2) o povo dos Cotia, (Waküñaniat) e; 3) e o povo do mato, (Kündiriat). Esses três grupos, portadores de unidade linguística e descontinuidade territorial e cultural, formam, hoje, o que conhecemos do povo Wajuru. (ISA – Povos indígenas no Brasil).

“Os Guayurú (Wajuru verdadeiros) ou Wānun mian (povo da pedra) referem-se àquelas

peças que viviam próximas a uma serra de pedra, que abrigava os espíritos de seus mortos. Como dizem: Nós somos lá das pedras!” Os Cotia ou Wakünaniat, e, por fim os Kündiriat, que eram vistos como preguiçosos e inferiores, pois não construíam malocas e nem cultivavam a terra (ISA - Povos indígenas no Brasil).

Denise Maldi explica que muitas sociedades indígenas do Médio Guaporé são complexas e ainda mal conhecidas. Segundo a autora (1991, p. 211): “Grande parte da Amazônia meridional, onde a Reserva (REBIO Guaporé) se inclui, permanece mal conhecida dos pontos de vista histórico e etnográfico. Paradoxalmente, abrange áreas de particular interesse: o linguista Aryon Dall’Igna Rodrigues,

por exemplo, considerou digno de nota o fato de que todas as famílias do tronco Tupi reconhecidas se concentraram na região do Guaporé, particularmente entre este rio e o Ji-Paraná. Além disso, determinadas famílias foram encontradas exclusivamente nessa área, o que o levou a sugerir que o centro de difusão proto-Tupi deva ser procurado no Guaporé (RODRIGUES 1984, P. 185).” Sampaio e Silva (1997, P. 74) não definem a língua Ajuru como uma língua Tupi-Tupari. Na TI Guapoé, diversas pessoas falantes do Wajuru, dominam, também, outras línguas indígenas e em Porto Rolim, a proximidade com a Bolívia leva muitos indígenas a falarem perfeitamente bem o espanhol.





Foto nº 1: Cacica Valda Wayuru – 2019. Festa da troca de semente. Foto Nº 2: Raquel Amenká Wayuru - 2017, Festa da Troca de Sementes na Aldeia Surui. Foto nº 3: Estéfane Wayuru – 2017 – Festa da Troca de Sementes na Aldeia Surui. Foto nº 4: Aymoré Wayuru com um ano. 2010. Acervo da Cacica Valda Wayuru.

AS ALDEIAS

As malocas Wajuru estavam localizadas nas cabeceiras dos rios Terebitto, Mequéns e Colorado. No entanto, a área de perambulação dos grupos, do período das malocas era muito abrangente e sua circulação abrangia os seringais de vila Pernambuco e São Luís. Com a decadência da borracha e a compra dos seringais do médio Guaporé, por João Rivoredo, houve uma grande dispersão das aldeias locais. Diversos povos, dentre eles 70 Wajuru, foram enviados forçadamente ao Posto de Atração Indígena Ricardo Franco, atual Terra Indígena Guaporé, onde vivem até os dias atuais. Nesta localidade, além dos Wajuru, foram juntados outros povos como os Pakáas Novos, Makurap, Jabuti, Kanoé, Tupari, Aruá, Arikapu e Wajuru. (SAMPAIO e SILVA, 1997, P. 71). O ISA,

estima que vivem cerca de 600 pessoas de várias **223** etnias na Terra Indígena Guaporé, localizada no município de Guajará-Mirim.

A população residente fora da TI Guaporé vive em Porto Rolim de Moura do Guaporé, uma localidade distrital pertencente ao município de Alta Floresta do Oeste, em Rondônia. A área é habitada, ainda por colonos trazidos pelo INCRA, antigos extrativistas, bolivianos, indígenas Guarassuê e indígenas Sakirabiát, não reconhecidos pelo cacique Olímpio Sakirabiát e, portanto, retirados da TI Mequéns. Esses indígenas, segundo entrevistas com a cacica Valda Wajuru, não recebem atenção da FUNAI, quando se encontravam-na TI Mequéns, mas conseguem os mesmos tratamentos em Porto Rolim.

Os grupos residentes hoje são pouco numerosos na TI Guaporé, os Wajuru residem na

aldeia Ricardo Franco e consideram que descendem daqueles que adentraram a TI nos anos 1970/80, já em pleno Regime Militar e não dos que foram remanejados durante os anos 1940. Os residentes da aldeia Ricardo Franco, também chamada: Posto, vivem em casas de madeira cobertas com telhas de amianto ou equivalente. Essas casas possuem chão batido, ou de tábuas, dois quartos e uma cozinha. Outras podem ser de taipa com telhados de palha. Não há pátio central na aldeia e as casas ao redor do Posto Indígena possuem eletricidade.

As moradias mais completas possuem pilão para a trituração do milho (*Zea mays*) ou mandioca (*Manihot esculenta*), que servem para a produção da chicha, atividade eminentemente feminina. No Posto as casas reúnem casais exogâmicos, sendo homens de uma etnia e mulheres de outra. Em Porto Rolim acontece a mesma coisa e, desde o tempo dos seringais é comum que mulheres Wajuru se casem externamente e passem a viver em áreas dos antigos seringais ou outros locais, o que permite que ampliem seus espaços de convivência, que

se amansam mutuamente pelo consumo da chicha e de outros alimentos. O casamento de mulheres Wajuru com não índios tornou-se recorrente após o contato, ao longo do ciclo da borracha e posteriormente também. “Muitas mulheres wajuru, que eram solteiras antes da ida de seus pais à TI Rio Guaporé na década de 1980, casaram-se com seringueiros brancos, e os assentamentos onde viviam, mesmo considerados lugar dos brancos, podiam agregar um homem wajuru, sua esposa, seus filhos e filhas casadas e os genros seringueiros não-índios.”(ISA)

Atualmente residem, aproximadamente 198 Wajuru em Porto Rolim, que conta com 29 famílias, além de Guarassuê, em número de 07, que chegaram da Bolívia entre 2011 e 2012, estes recebem o reconhecimento indígena dos caciques tradicionais da região além de falarem sua própria língua. Em Porto Rolim ainda vivem cerca de 26 Sakirabiat, não reconhecidos em outras terras, mas segundo a cacica Valda Wajuru, são Sakirabiat. Por fim, vivem cerca de 80 pessoas no Posto, na TI Guaporé.





Foto nº 5: Valda Wayuru e seu pai Otoniel Braga. 2016. Foto nº 6: Estéfane e Mariele Wayuru em Porto Velho. Foto nº 7: Ana Clara Wayuru. 2017. Foto nº 8: Aymoré Wayuru. 2018. Acervo da Cacica Valda Wayuru.

AS LIDERANÇAS

No passado, explica Valda Wayuru, os pais lideravam as famílias. Hoje em Porto Rolim são as mulheres, muito combativas e articuladas que encabeçam as lideranças familiares. Desde a década de 1980, as mulheres vêm assumindo protagonismo. Valda explica que o deslocamento feminino ocorre desde o deslocamento forçado pelo SPI, quando ficaram na região do Mequéns, apenas 02 homens e as mulheres passaram a encabeçar as relações internas e familiares.

Reconhecem-se como lideranças locais Wayuru em Porto Rolim, a cacica Valda Wayuru, filha de Maura Wayuru, ainda viva e falante da língua original, com 80 anos de idade, sendo a mais velha pessoa da comunidade. Seu pai Otaniel Braga, quilombola de Tarumã, cujos pais se instalaram na região, provenientes de Vila Bela em 1907. Casado com uma Wayuru, aprendeu a língua e os costumes da comunidade.

A família de Valda é composta por Pai (ainda vivo, 79 anos), Mãe, ainda viva (80 anos); 9 irmãos, sendo que um, Romão Wayuru, faleceu em julho de 2019. Os demais são: Joarez,²²⁵ Francisco, Maura do Carmo, Ivanete, Valda, Francisco Jackson e Anadele Wayuru.

Valda ocupa a posição de cacica, em Porto Rolim, desde 2005. Seu cacicado é reconhecido tanto pelos parentes de Posto Ricardo Franco, quanto pela comunidade de Porto Rolim. Então, é um poder plenamente reconhecido pelos, Wayoró Kundiriat (Povo Cotia ou do Mata), Pelos Wayuru Wanumiañ (Povo da Pedra). Existe uma linhagem de sucessão, segundo Valda Wayuru. Esta linhagem é definida por decisões espirituais. Segunda Valda, a sucessão caberá a Nágila Wayuru e em terceiro lugar a Samuel Wayuru. Por fim, o mais novo herdeiro do cacicado é Eryponheã, de apenas 4 anos de idade.



226

Foto nº 9: Tuti, Kaio, Aymoré, Pedro, Vitória e Ana Clara Wayuru. Foto nº 10: Fazendo farinha: Nágila, Nazaré, Luciano, Edson, Aymoré Wajuru, Gino Sakarabiat e o não índio Rodrigo. 2016. Foto nº 11 – Kaio Wayuru com dois Bugá (*Tracajás, Podocnemis unifilis*). Foto nº 12: Ana Clara e Aymoré em Porto Velho, 2018. Acervo da Cacica Valda Wayuru.

AS FAMÍLIAS NEGRAS QUE CHEFIAM A COMUNIDADE WAJURU EM PORTO ROLIM

A família de Valda é a família que chefia a comunidade há 15 anos. Sua linhagem negra, mescla-se à linhagem indígena desde o

casamento de seus pais e ocorreu na década de 1930/40. Da mesma forma, que a descendência dos senhores Otoniel e Maura Wayuru. Formaram-se famílias exogâmicas. Hoje Valda é casada com o quilombola de Pimenteiras, Antônio Mendes Neres, que também aprendeu a falar a língua Wayuru e viver como vive a

comunidade. Estão Juntos a 26 anos. Deste casamento resultam os seguintes filhos: Nágila (26 anos); Tailane (24 anos), Raquel (22 anos, casada com Adão Wayru), Samuel (20 anos). A família tem ainda cinco netos: Ana Clara Pácori Wayru (12 anos); Aymoré Wayuru (7 anos), ambos filhos de Nágila Wayuru. Ainda como netos Valda possui Eryponheâ Wayuru (4 anos) e Malaica Wayuru (7dias), ambos filhos de Tailane. kenay Wayuru (3 meses), filhos de Raquel e Adão Wayuru.

Dos irmãos de Valda brotam outras famílias pertencentes ao mesmo grupo:

Joarez Wayuru, casado com a não indígena Kássia. Este é seu terceiro casamento,

os dois anteriores foram realizados com quilombolas de Pedras Negras. Desses casamentos Joarez teve 6 filhos.

Francisco Jackson Wayuru, casado com Rosilene Wayuru, com 4 filhos.

Francisco Wayru (não confundir com Francisco Jackson), casado com mulher não índia, Maria da Penha. A família possui 6 filhos, de um primeiro casamento de Francisco.

Ivanete Wayuru, casada com quilombola de Tarumã, atualmente separada, possui 4 filhos.

Maura do Carmo Wayuru, solteira, com 5 filhos, todos reconhecidos Wayuru.

Anadélia Wayru, solteira, com 6 filhos, todos reconhecidos Wayuru.





Foto nº 13: Maura Wayuru. Anciã Wayuru. Mãe da Cacica Valda Wayuru, 2019. Foto nº 14: Nazaré Wayuru, pilando mandioca (*Manihot succulenta*) 2019. Foto nº 15 – Anoita Wayuru. 2019. Foto nº 16 - Anciã MAURA Wayuru junto a sua casa e a uma urna escavada na região de Porto Rolim. 2016. Acervo da Cacica Valda Wayuru.

A HISTÓRIA DA CACICA WAYURU

Valda Wayuru, (20/10/1976) filha de Maura Wayuru e Otoniel. Neta do notável “pajé Pororoca”, que ao ver a neta, se espantou por ela não ser homem. Pororoca viveu na região do Colorado e de lá foi levado por um pajé para a TI Rio Branco, separando a família. A família foi separada pela ação dos funcionários do SPI, que levaram parte do grupo para o Posto Ricardo Franco. O processo de fuga se estabeleceu em duas etapas, primeiramente na década de 1940 e posteriormente na década de 1980.

Seu encontro (espiritual) com o pajé Pororoca ocorreu em 2005. Valda recebeu a visita de seu tio Antônio Wayuru, irmão do Pororoca, que reconheceu que ela não era

homem, mas reconheceu nela o direito ao cacicado. Valda foi, então com Antônio, para o 228 Posto, abandonando sua própria vida e estrutura familiar. Conviveu com Dura Fogo Wayoró Kundiriat e Esperança Wayuru. Ali aprendeu o manejo das ervas sagradas e recebeu sua iniciação como cacique e conheceu tanto o uso do rapé, quanto sua disciplina.

A partir desse tempo de iniciação, retornou a Porto Rolim em 2005 e assumiu a liderança, inclusive em movimentos políticos como a participação em eventos em Porto Velho e o Acampamento Terra Livre (ATL) em Brasília. Ao longo de sua convivência inicial com os mais antigos, Makurap, Yanawá, Pataxó e Tupinambá.



Foto nº 17: Grazielle Sakarabiat, Guisse Wajuru e Valda Wajuru limpando Tracajá. 2019. Foto nº 18: Cacica Valda Wayuru, 2005. Foto nº 19: Festa da Troca de Sementes em Porto Rolim, 12/09/2019. Foto nº 20: Adão Wayuru. Ao fundo Pedro Wayuru, Ana Clara, Estefane Wayuru. Acervo da Cacica Valda Wayuru.





Foto nº 21: Pintura corporal com Jenipapo (*Genipa americana*), 2017. Foto nº 22: Mariele Wayuru, fazendo saia de broto de Buriti (*Mauritia flexuosa*), 2017. Foto nº 23: Nágila Wayuru e alunos indígenas Wayuru: Aymoré, Mônica, Kaio, Kassuasse, Kelvin, Kemele, Jéssica, Vitória, Ana Clara, Sheila e Pedro Sakarabiat, 2016. Foto nº 24: Pajé Pororoça. 1988. Acervo da Cacica Valda Wayuru.





Foto nº 25: Pedro Wajuru com saia de broto de buriti. 2017. Foto nº 26: Coleta de brotos de babaçu (*Attalea speciosa*) para fazer cestaria. 2016. Na foto: Antônio Mendes, Estéfane Wayuru com um Bugá Guadiru (Jabuti[*C. carbonária*]) e Gabriela Wayuru. Foto nº 27: Adão e Raquel Wajuru, em evento em Vilhena. 2016. Foto nº 28: Samuel Ongat Wayuru. 2017. Acervo da Cacica Valda Wayuru.



Foto nº 29: Adão e José Wayuru. 2017. Foto nº 30: Mariela Wayuru. Festa da Troca de Sementes em Porto Rolim. 13/09/2019. Foto nº 31: Tailane Wayuru. Foto de Marcela Bofim. Acervo da Cacica Valda Wayuru.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação demonstrou parte importante do conhecimento sobre as sociedades Wayuru ou Wayoró. Demonstrou, ainda, a ausência de estudos recenes e questões internas dentro dos movimentos indigenistas e seus maiores aliados locais Cimi, Funai e Kamindé. Considerar apenas os indígenas Wayoró como os do Porto Ricardo Franco e flexibilizar esta consideração frene ao fenótipo negro de muitas famílias, vai de encontro a tudo se prega sobre autoafirmação e exibe um lado intelectual pavoneado e tal e qual, governos anteriores passados, capazes de dizer quem era quem.

Há uma história rica ainda não explorada e contada sob a forma de mito, como a dos americanos que vinha roubar os Wuajuru e suas riquezas, ainda no tempo das malocas ou no início do seringalismo. Os restos da pista de aviação ainda existem e a maloca ainda é um lugar de morte e sarampo deixados pelos americanos. Outro dado importante é eu novas grandes empresas capitalistas têm feito suas próprias pistas de pouso e levantam voo e descem voo agora em que bem entendem. Tudo isso sob a desculpa das pousadas ecológicas, que ficaria perfeitamente cabíveis para os pequenos proprietários, indígenas e quilombolas, mas que não se justificam nas mãos de grandes

latifundiários, que têm na agro indústria e na indústria de pecuária seus maiores negócios oficiais.

A região de Porto Rolim exibe uma liderança diferente. Embora famílias sejam patrifocais, mulheres exercem o mando e o poder e com a cacica Valda isso não é diferente. Aguerida e disposta, convivi com ela o último mês inteiro, pois precisou fazer uma cirurgia e não era adequado aguardar em Alta Floresta. Odo os dias eram dias de embate, quer por terras tomadas à revelia, quer pela destruição de urnas funerárias e sítios cerâmicos para melhorar a via de acesso à casa de um grande fazendeiro local, quer pela entrada de turismo em Porto Rolim, durante a quarentena, quer pela distribuição de remédios e vacinas para seu povo ou de alimentos aos mais necessitados. 232

O conflito está armado e as disputas por terras, criação de gado, eliminação de búfalos, soja, madeira e mineração são seus ingredientes. Por traz da fumaça, certamente há mais o que queimar.

A herança cultural, aos poucos vai se restabelecendo, a língua está sendo novamente ensinada por professora indígena, e o GEPIAA se comprometeu, em fazer e imprimir as cartilhas de alfabetização nas duas línguas a partir das realidades das crianças.

Resta-nos lembrar as chichadas, onde todos nos amansamos e nos tornamos parentes e aliados. Esperamos que este primeiro arrigo possa abrir um leque de possibilidades sobre os indígenas do Guaporé, suas dificuldades, autoidentificação, territorialidades, sustentabilidade e conflitos.

REFERÊNCIAS

- CAMINHAS, Ana Margarida Theodoro. A Prática do Pesque-e-Solte Sob A Perspectiva dos Estudos de Bem-Estar de Peixes: perspectivas de um debate ético científico. **Revista Panorâmica On-Line**. Barra do Garças – MT, vol. 19, p. 10 - 22, ago./dez. 2015. ISSN - 2238-921-0. Disponível em: <file:///C:/Users/marco/Downloads/632-2007-1-SM.pdf> Data de acesso: 10/12/2019.
- CASPAR, Franz. **Tupari: entre os índios, nas florestas brasileiras**. São Paulo: Melhoramentos. 1953.
- LIMA, Abnael Machado de. **Guaporelândia (Conquista do Vale do Guaporé) Bicentenário da Inauguração do Real Forte Príncipe da Beira. XX/VIII/MDCCLXXXIII – XX/VIII/MCMLXXXIII**. Porto Velho: Sem edição, 1993.
- LIMA, Figueiredo. **Terras do Mato Grosso e da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora S. A. a. Noite. S/D.
- MALDI, Denise. O Complexo do Marico: Sociedades Indígenas dos Rios Branco, Colorado e Mequéns, Afluentes do Médio Guaporé. In: FURTADO, Lurdes Gonçalves. (org). **Museu Paraense Emílio Goeldi**. Estudos Antropológicos em Homenagem a Expedito Arnaud. Série Antropológica vol 7 (2). Belém do Pará: Dezembro de 1991. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Amaldi-1991/Maldi_1991_Complexo_cultura_do_marico.pdf Data de acesso: 02/11/2019.
- MILLER, Eurico. **História da cultura indígena do Alto e Médio Guaporé**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado. PUC/RS, 1983.
- MINDLIN, Betty e narradores indígenas. **Moqueca de maridos: mitos eróticos**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos. 1997.
- MINDLIN, Betty. **Terra grávida**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 2001.
- MINDLIN, Betty. **Antologia de mitos dos povos Ajuru, Arara, Arikapu, Aruá, Kanoe, Jabuti e Makurap**. São Paulo: Iamá, 1995.
- MINDLIN, Betty. **Tuparis e tarupás — Narrativas dos índios Tuparis de Rondônia**. São Paulo: Brasiliense/Edusp/Iamá (Instituto de Antropologia e Meio Ambiente), 1993.
- MONTEIRO, Elizabeth Brêa. **O Serviço de Proteção aos Índios e o Tribunal Especial na Amazônia**. Brasileira Fotográfica. 26/04/2018. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=posto-indigena> Data de acesso: 05/12/2019.
- RODRIGUES, Ayrton, Dell’lagna. **A classificação do tronco linguístico Tupi**. São Paulo: Revista Antropológica, 12(1/2), 1964.

SAMPAIO, Wany e SILVA, Vera da. **Os povos indígenas de Rondônia**. Contribuições para a compreensão de sua cultura e de sua história. Porto Velho: UNIR/DIPEX, 1997.

NOTAS

ⁱAtualmente é professor Associado IV do Departamento de História e do mestrado em História da Amazônia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutorado em Ciências Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Recebido em: 26/12/2019.

Aprovado em: 17/01/2020.

Publicado em: 31/01/2020.